

# Educação crítica diante dos algoritmos: memórias quilombolas e os desafios do MEB na era digital

Francisco Cândido Firmiano Júnior<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo reflete sobre a importância da educação popular diante de um novo desafio: o racismo algorítmico. Defendemos que os sistemas digitais, longe de serem neutros, atualizam desigualdades históricas e reforçam a invisibilização das comunidades negras. A partir da experiência da Comunidade Quilombola de Coqueiros, no Rio Grande do Norte, e das iniciativas do Coletivo Voz do Quilombo, em parceria com o Movimento de Educação de Base (MEB), destacamos que a luta pela memória e pela identidade precisa se estender também ao campo digital, enfrentando os mecanismos de silenciamento impostos pelas plataformas. Por fim, apresentamos caminhos pedagógicos para que o MEB atualize sua missão histórica, formando sujeitos capazes de decifrar não apenas palavras e realidades sociais, mas também os códigos invisíveis que estruturam a vida contemporânea.

## Introdução

O Movimento de Educação de Base (MEB), desde sua criação nos anos 1960, tem buscado articular educação popular, formação crítica e transformação social. Sua presença no Rio Grande do Norte foi retomada em 2014 e 2015 em turmas de alfabetização e escolarização em Assentamentos e Acampamentos da reforma agrária pelo convênio Programa Nacional Educação na Reforma Agrária (PRONERA) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e retomada em 2021, em um contexto de grandes dificuldades, quando o mundo enfrentava a crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19. Nesse período, nasceu a proposta de um projeto vol-

tado para a juventude quilombola da Comunidade de Coqueiros, em Ceará-Mirim/RN.

A ideia surgiu da constatação de que a juventude da comunidade se encontrava em processo de ociosidade, já que as redes de ensino estavam paralisadas devido à pandemia. Sentiu-se, assim, a necessidade de elaborar um projeto capaz de contemplar os jovens, estimulando o protagonismo juvenil e criando condições para que a educação popular continuasse viva, mesmo em meio às restrições sanitárias. O grupo de juventude foi formado no ano de 2021, e ao longo dos anos, as atividades se ampliaram, incluindo rodas de conversa, oficinas e projetos culturais. Em 2025, o processo se fortaleceu ainda mais com a criação do grupo de mulheres, que trouxe novas perspectivas de luta e organização comunitária.

Essas experiências mostram como o MEB tem se reinventado, dialogando com os desafios locais e incorporando novos temas às suas práticas educativas. Ao lado do Coletivo Voz do Quilombo, o movimento se tornou parceiro estratégico da comunidade de Coqueiros, utilizando ferramentas digitais, redes sociais e metodologias de educação popular como instrumentos de fortalecimento da identidade étnico-cultural. É nesse contexto que se insere este artigo, que busca refletir sobre como a luta quilombola e as práticas do MEB podem contribuir para uma educação crítica diante dos algoritmos e das novas formas de racismo digital.

## 1 Educação de base diante dos novos desafios

A educação popular sempre foi uma ferramenta de resistência contra a opressão. O Movimento de Educação de Base (MEB) nasceu justamente para alfabetizar e, ao mesmo tempo, despertar consciência crítica, capacitando as populações mais vulneráveis; e no estado do Rio Grande do Norte, surgiu com a missão de oportunizar aos mais pobres o acesso à educação como meio de lutar por uma vida melhor.

<sup>1</sup> Graduado em História pela UVA/RN, graduado em Gestão de Cooperativa UFRN, segunda Licenciatura em Pedagogia, FAEL, especialista em História do Brasil, FAL/RN, mestre e doutorando em Antropologia Social, UFRN. Fundador do Coletivo Voz do Quilombo.

Hoje, na era contemporânea, o MEB se reinventa com novos grupos e finalidades, buscando promover o protagonismo desses sujeitos. No RN, experiências com grupos de mulheres e de juventude mostram a vitalidade desse processo. Mas também revelam os desafios de dialogar com novas ferramentas digitais, em que se manifestam novas formas de exclusão: o racismo algorítmico.

Assim como os currículos escolares eurocentrados apagaram por muito tempo a história afro-brasileira, agora os algoritmos digitais tendem a repetir silenciamentos. Plataformas priorizam conteúdos hegemônicos, enquanto produções negras, indígenas e quilombolas ficam relegadas às margens. Nesse cenário, surge a necessidade de que os grupos ditos vulneráveis criem mecanismos próprios de inclusão e resistência. É nesse sentido que este artigo apresenta a experiência de uma comunidade quilombola no interior do Nordeste brasileiro.

A Comunidade Quilombola de Coqueiros, no Rio Grande do Norte, mostra outro caminho: pensar mecanismos de luta e transformação social tendo como aliados a memória e a identidade comunitária, construindo uma pedagogia dentro e fora da escola. Nesse processo, é essencial trazer instituições como parceiras. A comunidade conta com duas escolas, uma de Ensino Fundamental anos iniciais, a Escola Municipal Sérgio Varela Santiago, e a outra de anos finais, Escola Municipal CERU Professora Neuma Ferreira Januário, e ambas reivindicam o reconhecimento oficial como escolas quilombolas. Para além das salas de aula, surgem também iniciativas, como a proposta de um museu comunitário e o uso criativo das redes sociais, estratégias que permitem ressignificar e resistir nos espaços digitais, marcando presença e identidade, como o coletivo cultural a Voz do Quilombo. Neste contexto, ainda destacamos o MEB, que desenvolve duas ações permanentes dentro da comunidade, atuando com um grupo de juventude e com um grupo de mulheres.

Essas ações constituem mecanismo de fortalecimento comunitário de combate ao racismo e às desigualdades sociais. Tais políticas afirmativas são crescentes na mobilização das comunidades quilombolas para acessar e reelaborar sua própria história. Nessa perspectiva, os objetos e documentos vêm sendo organizados em projetos de museus comunitários e centros de memória digital voltados à afirmação identitária e à legitimação territorial. As redes sociais, como Facebook e Instagram, são ferramentas digitais que

têm funcionado como museus contemporâneos, valorizando e destacando as tradicionais conversas nas calçadas e ampliando o alcance da memória coletiva.

Além disso, a experiência de Coqueiros mostra que a luta por memória e identidade não é apenas cultural, mas também política e pedagógica. Cada objeto preservado, cada fotografia compartilhada e cada história contada no espaço digital fortalece a autoestima comunitária e constrói novas formas de pertencimento. O espaço virtual, quando apropriado de modo crítico, pode se tornar ferramenta de formação e resistência, integrando-se ao cotidiano educativo da comunidade.

É importante pensar que educação de base diante desses novos desafios significa compreender que o racismo, antes visível nas estruturas físicas da escola e na sociedade, hoje também se esconde nos códigos invisíveis que regulam a circulação de informações. Enfrentar esse cenário exige criatividade, organização comunitária e, sobretudo, uma pedagogia crítica que una ancestralidade e tecnologia, tradição e inovação, para garantir que as vozes quilombolas ecoem em todos os espaços.

Desta forma, ainda o racismo estrutural organiza desigualdades no Brasil há séculos. Está presente nas políticas, nas instituições e no cotidiano. No mundo digital, esse racismo ganha uma nova face: os algoritmos. Sistemas de busca, reconhecimento facial e redes sociais carregam preconceitos históricos. Pesquisadores/as como Tarcízio Silva (2022) e outros/as têm discutido como o racismo algorítmico reforça estereótipos e invisibiliza vozes negras em plataformas digitais, enquanto Bianca Santana (2020) denuncia os apagamentos da memória negra também nos espaços virtuais.

Ou seja, o racismo algorítmico não cria algo novo do zero: ele atualiza e reforça exclusões que já existiam. Trata-se de uma continuidade sofisticada de práticas históricas de negação da humanidade e da cidadania plena das populações negras, agora mediadas por códigos e sistemas computacionais que se apresentam como neutros, mas reproduzem interesses hegemônicos e práticas de exclusão social.

Essa realidade exige que a educação popular e quilombola se prepare para enfrentar uma dupla tarefa: combater as velhas formas de racismo ainda presentes no cotidiano escolar e comunitário, e ao mesmo tempo decifrar as novas formas de exclusão digital. O ambiente virtual, que poderia ser espaço de ampliação de vozes, acaba muitas vezes repetindo a

lógica do silêncio e da marginalização. Reconhecer essa contradição é o primeiro passo para que comunidades possam se organizar e disputar seus lugares também na esfera tecnológica.

Nesse sentido, pensar o racismo algorítmico a partir das experiências quilombolas amplia a compreensão do problema. Ele não se limita à crítica das plataformas, mas se relaciona com a luta maior por território, memória e reconhecimento. Quando algoritmos invisibilizam conteúdos de Coqueiros ou de qualquer outra comunidade negra, não estão apenas desorganizando dados digitais: estão atualizando a velha lógica colonial de negar presença e protagonismo ao povo negro. É por isso que a pedagogia crítica deve assumir o desafio de enfrentar também o racismo na esfera digital.

### 1.1 Educar para decifrar algoritmos

Paulo Freire dizia que alfabetizar é ensinar a ler o mundo. Hoje, ler o mundo significa também decifrar os algoritmos. Quem os produz? A quais interesses eles servem? Quem ganha visibilidade e quem é silenciado? A pedagogia crítica pode e deve incluir a crítica tecnológica. Criar narrativas que contemplem a valorização da população negra. Comunidades quilombolas e escolas populares podem trabalhar com letramento digital crítico, incentivando estudantes e educadores a produzir conteúdos próprios e a desconfiar da aparente neutralidade das plataformas. O MEB, que já foi pioneiro na educação popular, pode ser também referência nesse campo, ajudando comunidades a se fortalecerem contra as novas formas de exclusão, compreendendo-se que o MEB hoje é o principal aliado da Comunidade de Coqueiros no tocante à questão digital.

Na Comunidade Quilombola de Coqueiros, no Rio Grande do Norte, esse desafio já está sendo enfrentado de forma concreta. Os moradores vêm utilizando redes sociais para divulgar práticas culturais, registrar a memória dos mais velhos e fortalecer a identidade coletiva. No entanto, enfrentam as dificuldades impostas pelos algoritmos, que limitam o alcance de suas publicações e reduzem a visibilidade de suas lutas. Para enfrentar isso, a comunidade tem apostado em uma pedagogia do pertencimento: transformar a escola em espaço de crítica digital e de valorização da própria memória como forma de resistir também no ambiente virtual.

Nesse processo, ganha destaque o papel do Coletivo Cultural Voz do Quilombo, que atua como meca-

nismo de divulgação das ações comunitárias e de fortalecimento étnico-cultural. Por meio de registros fotográficos, vídeos, publicações em redes sociais, especificamente em um perfil do Instagram, o coletivo amplia a visibilidade da comunidade e se torna instrumento pedagógico, unindo cultura, memória e resistência. Ao se apropriar das ferramentas digitais, o Voz do Quilombo faz frente às barreiras impostas pelos algoritmos, garantindo que a narrativa quilombola alcance espaços de debate e reconhecimento mais amplos, mostrando a vida cotidiana dos quilombolas de Coqueiros e ressignificando a luta quilombola.



Fotos retiradas do Instagram Voz do Quilombo

A parceria entre o MEB e o Coletivo Voz do Quilombo tem potencializado ainda mais esse processo. As atividades desenvolvidas pelos grupos locais do MEB, como as oficinas de formação da juventude e as rodas de conversa e palestras realizadas pelo grupo de mulheres, não se encerram no espaço físico do



encontro. Elas são registradas e compartilhadas pelo perfil oficial do Voz do Quilombo no Instagram, além de circular em grupos de WhatsApp da comunidade, ampliando seu impacto e permitindo que outras pessoas que não puderam participar presencialmente também tenham acesso ao conteúdo.

Essa estratégia não apenas amplia a visibilidade das ações, mas também fortalece a memória coletiva da comunidade. Ao transformar cada atividade em material digital, o MEB e o Voz do Quilombo criam um arquivo vivo que pode ser revisitado, discutido e utilizado em processos pedagógicos futuros. Dessa forma, a tecnologia se integra ao trabalho de base, reforçando o protagonismo quilombola e mostrando que é possível unir ancestralidade e inovação na construção de uma pedagogia crítica e libertadora, e sobretudo popular.



Fotos retiradas do Instagram Voz do Quilombo

Essa prática mostra que educar para decifrar algoritmos não é apenas ensinar sobre tecnologia, mas criar condições para que comunidades negras e quilombolas reconheçam seu valor, compreendam os mecanismos de invisibilização e ajam de maneira

estratégica para driblar esses obstáculos. A educação digital crítica, nesse sentido, precisa dialogar com a ancestralidade e com as práticas comunitárias, unindo saberes tradicionais e instrumentos modernos. Assim, a crítica freireana ganha novos contornos: alfabetizar é também ensinar a “ler” códigos invisíveis.



Fotos retiradas do Instagram Voz do Quilombo

Outro aspecto importante é a formação de professores e lideranças comunitárias para esse enfrentamento. Em Coqueiros, o debate sobre escolas quilombolas não se restringe ao currículo ou à infraestrutura, mas inclui também a necessidade de preparar educadores para trabalhar criticamente com mídias digitais. É preciso que o corpo docente compreenda como funcionam os algoritmos, e nesse sentido, é importante dizer que os próprios professores necessitam de formação continuada nessa área digital para que possam desenvolver atividades que incentivem a produção de conteúdos comunitários, valorizando a memória local como forma de garantir visibilidade e afirmar identidade.

Como já observei em estudo anterior: A reconfiguração da identidade negra em Coqueiros passa por processos intergeracionais, relações comunitárias

e ações políticas, articulando passado e presente. A escola, nesse contexto, torna-se arena de disputa por uma educação que afirme o pertencimento quilombola e contribua para a justiça social. Essa constatação ajuda a compreender que o enfrentamento ao racismo algorítmico não é apenas tecnológico, mas também profundamente pedagógico e político.

A experiência da Comunidade Quilombola de Coqueiros evidencia a potência transformadora da educação quilombola no tocante à questão digital. Mais do que um instrumento de inclusão, trata-se de um projeto de justiça epistêmica, que desafia a hegemonia do saber eurocêntrico e valoriza as narrativas e vivências ancestrais dos povos quilombolas.

O exemplo de Coqueiros reforça a compreensão de que a luta contra o racismo algorítmico está profundamente ligada à luta maior por reconhecimento e justiça cognitiva. A alfabetização digital crítica, quando construída coletivamente, fortalece o protagonismo quilombola e amplia a capacidade da comunidade de dialogar com o mundo em seus próprios termos. Nesse caminho, o MEB pode ser aliado estratégico, articulando experiências locais, formando militantes digitais e reafirmando sua tradição de educar para transformar a realidade.

Um dos maiores desafios atuais é enfrentar o analfabetismo digital, que aprofunda desigualdades já existentes. Muitas comunidades quilombolas e grupos populares têm acesso limitado a equipamentos, internet de qualidade e formação específica para lidar com as novas tecnologias. Nesse contexto, educar para decifrar algoritmos significa também oferecer ferramentas práticas de inclusão digital, criando condições para que estudantes, jovens e adultos possam não apenas acessar as plataformas, mas compreendê-las de maneira crítica e autônoma. Neste contexto, o coletivo Voz do Quilombo conta com aparelhos de telefones celulares de seus membros para os registros das atividades, percebendo-se que ainda de forma bastante amadora, necessitando de uma profissionalização nesta área.

O MEB, por sua vez, com poucas condições financeiras e estruturais, enfrenta o desafio de atuar nesse campo. A falta de capital para investir em equipamentos, formação e infraestrutura tecnológica limita o alcance de suas ações. Ainda assim, sua trajetória histórica mostra que mesmo em contextos de escassez, a criatividade e a organização comunitária podem superar barreiras. Fortalecer parcerias, buscar apoio institucional e articular redes solidárias são

estratégias fundamentais para que o movimento continue a desempenhar um papel central na luta contra o analfabetismo digital e o racismo algorítmico.

## **1.2 Memória quilombola e disputas digitais**

A luta quilombola sempre foi uma luta pela memória. Se antes essa memória era silenciada nos livros e museus oficiais, hoje ela disputa espaço também nos algoritmos. Em Coqueiros, moradores e jovens usam redes sociais para registrar as práticas culturais. São arquivos vivos que funcionam como museus digitais. Mas os algoritmos podem reduzir o alcance dessas vozes, invisibilizando o que não gera lucro. A resistência, então, precisa ser também tecnológica: criar acervos digitais, museus comunitários online e projetos de educação patrimonial que ampliem a presença quilombola nos ambientes virtuais.

Nesse cenário, o Coletivo Voz do Quilombo tem desempenhado um papel fundamental como espaço de articulação cultural e de memória digital. Ao registrar a vida comunitária e divulgar suas lutas, o coletivo amplia a visibilidade de Coqueiros e transforma redes sociais em ferramentas pedagógicas. Esse processo conecta jovens, mulheres e lideranças, formando uma pedagogia do pertencimento que rompe os limites da sala de aula. Aqui, a memória se torna também resistência diante do racismo algorítmico.

É nesse ponto que as ações do MEB podem se somar à experiência quilombola, criando caminhos pedagógicos comuns. O letramento digital crítico pode ajudar comunidades a compreender como funcionam os algoritmos e a identificar seus vieses racistas. A produção comunitária de conteúdo, já realizada por iniciativas como o Voz do Quilombo, pode ser fortalecida como prática educativa, fazendo das redes sociais espaços de memória popular. A formação de educadores deve incluir a crítica tecnológica, para que professores e militantes estejam preparados para trabalhar o tema em suas práticas.

Outro eixo que destacamos é o diálogo entre ancestralidade e tecnologia. Para o MEB esse ponto é central: unir oralidade, saberes tradicionais e memória coletiva com práticas digitais que fortaleçam a identidade e a autoestima comunitária. Por fim, a incidência política é indispensável. Assim como o movimento historicamente lutou por alfabetização e direitos sociais, agora precisa se engajar na luta por transparência das plataformas digitais e por políticas públicas inclusivas que enfrentem o racismo algorítmico.

Dessa forma, a experiência de Coqueiros e as ações do MEB apontam para um horizonte comum: educar para transformar, inclusive no campo digital. A memória quilombola, quando organizada em arquivos vivos e museus comunitários, dialoga diretamente com a pedagogia crítica do MEB, reafirmando que não basta apenas “estar” nas redes, é preciso disputar nelas o direito de existir, narrar e projetar futuros, com isso se transformar de forma concreta em instrumento de transformação social.

## 2 Considerações finais

O racismo não é um problema do passado: ele se reinventa e se adapta às novas formas de organização social. Hoje, atua também nos algoritmos que estruturam o ambiente digital, reproduzindo exclusões históricas de maneira silenciosa. Enfrentar esse desafio exige que a educação popular se reinvente, formando sujeitos capazes de questionar os códigos invisíveis que moldam nossas vidas e disputar narrativas em espaços que parecem neutros, mas carregam vieses raciais.

A experiência da Comunidade Quilombola de Coqueiros mostra que é possível transformar memória em pedagogia, ancestralidade em tecnologia e resistência em futuro. Ao utilizar redes sociais como arquivos vivos, ao mobilizar o Coletivo Voz do Quilombo como instrumento de divulgação e ao reivindicar escolas e museus comunitários, a comunidade cria caminhos pedagógicos de afirmação identitária também no espaço digital. Essa prática revela que a luta pela memória não é apenas cultural, mas também política, pois questiona estruturas que insistem em invisibilizar os povos quilombolas.

O MEB, ao assumir essa tarefa, reafirma sua vocação histórica: educar para transformar. Se no passado alfabetizar significava garantir ao povo o direito de ler o mundo, hoje significa também garantir o direito de ler criticamente os algoritmos que tentam nos silenciar. Educar para a liberdade, no presente, é ensinar a decifrar tanto as palavras quanto os códigos digitais, assegurando que as comunidades quilombolas e populares possam existir, narrar e projetar seus futuros com dignidade.

A experiência de Coqueiros contribui para uma reinterpretção do papel das comunidades quilombolas na sociedade brasileira, não como espaços de carência, mas como territórios de saber, criação e potência política. O protagonismo quilombola na pro-

dução de conhecimento e na defesa da memória coletiva deve ser reconhecido como parte indissociável do processo de democratização do país.

Além disso, é preciso reconhecer que o combate ao analfabetismo digital é um dos grandes desafios do presente. Para que comunidades quilombolas possam disputar espaço nas redes digitais, é necessário investir em formação, acesso à internet e equipamentos, assegurando que o letramento digital crítico seja uma realidade e não apenas um ideal. Essa tarefa não pode ser individual, mas deve envolver o Estado, os movimentos sociais e instituições parceiras comprometidas com a justiça social.

Por fim, destaca-se o desafio financeiro enfrentado pelo MEB e por iniciativas comunitárias como o Voz do Quilombo. A escassez de recursos limita a expansão de projetos que já demonstraram grande potencial de transformação. Ainda assim, a força da organização coletiva mostra que a criatividade, a solidariedade e o protagonismo comunitário são capazes de abrir caminhos. Reafirma-se, assim, que não há justiça social sem justiça racial e territorial, e que não haverá democracia plena enquanto as histórias, os corpos e os saberes dos povos quilombolas continuam sendo marginalizados. Coqueiros, como tantas outras comunidades negras rurais do Brasil, insiste em viver, ensinar e resistir. Sua luta é memória e é também futuro.

## REFERÊNCIAS

FIRMIANO JÚNIOR, Francisco C. **Educação Escolar Quilombola e Identidade: Memória, Cultura e Aplicação da Lei 10.639/2003 na Comunidade de Coqueiros/RN**. Natal: RAN, 2023.

SANTANA, Bianca. **A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2020.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

VOZ DO QUILOMBO. **Perfil do Instagram**. Disponível em: [https://www.instagram.com/vozdo\\_quilombo/](https://www.instagram.com/vozdo_quilombo/). Acesso em: 3 set. 2025.